



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Segundo o avançado pelos órgãos de comunicação social, “dois trabalhadores de uma empresa de protecção ambiental, suspeitos de agir em nome da empresa, recolheram, a partir de Março do ano passado, óleos alimentares usados em estabelecimentos de comidas de pequena e grande dimensão, em Macau, e venderam-nos a uma fábrica de óleo de porco, com vista à obtenção de lucros. Alguns indivíduos que tiveram conhecimento da situação fotografaram a prática de conduta ilícita desses trabalhadores, deram conhecimento disso ao responsável da referida empresa e participaram à Polícia, e os referidos trabalhadores acabaram por ser detidos. Devido ao receio da entrada em circulação dos referidos óleos no mercado, o que poderá constituir um perigo para a saúde quer dos residentes quer dos turistas, a Polícia enviou ofícios ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, aos Serviços de Saúde e à Direcção dos Serviços de Economia para pedir-lhes que acompanhassem o referido caso¹”. No ano passado, em Macau, ocorreu um incidente de “óleo alimentar de má qualidade”, que se alastrou gravemente, e desta vez voltou a surgir a conduta ilícita de recolha de óleos residuais para a venda e o fabrico de óleo alimentar, com vista à obtenção de lucros, o que levou os cidadãos a ficarem preocupados com a hipótese de terem tido, ou

Referências:

¹ Dois trabalhadores de uma empresa de protecção ambiental recolheram óleos alimentares usados e venderam-nos a uma fábrica de óleo de porco; Polícia notifica serviços públicos para darem acompanhamento”, Jornal “Va Kio”, no dia 30 de Janeiro de 2015.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

não, o azar de os ingerir. Mais, ainda estão preocupados com o facto de os serviços competentes conseguirem, ou não, proteger realmente os bens e a vida dos cidadãos.

As referidas questões levaram mais uma vez ao aparecimento de preocupações do público. Apesar de os serviços competentes terem agido, em primeiro lugar, para efectuar os trabalhos de acompanhamento, de investigação e de divulgação dos respectivos resultados, atitude que merece o devido elogio, o certo é que os mesmos devem tirar ensinamentos a partir deste incidente, por exemplo: os serviços competentes têm que rever o actual mecanismo de segurança alimentar; devem estabelecer um pacote perfeito de orientações gerais relativas ao tratamento de óleos alimentares usados; e efectuar acções de fiscalização adequadas, com vista a evitar que alguém se aproveite desta lacuna para tirar proveitos, uma vez que os actos para este fim poderão resultar em atentados à segurança pública.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Alguns académicos e peritos referem que as reportagens supracitadas mostram claramente que os serviços competentes não exerceram fiscalização e controlo adequado no tocante ao tratamento de óleo alimentar residual. Isto poderá transformar-se numa oportunidade para as pessoas tirarem proveitos e, provavelmente, poderá constituir, no final, um atentado à segurança pública. Os serviços competentes já têm um mecanismo perfeito de fiscalização e controlo e orientações gerais relativas ao tratamento de óleos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

alimentares usados? Podem prestar esclarecimentos junto dos cidadãos?

2. Os cidadãos pediram-me para perguntar aos serviços competentes o seguinte: existem alguns preceitos em Macau que regulem para onde são transportados os óleos alimentares usados, para posterior tratamento?

2 de Fevereiro de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Mak Soi Kun**